

CPIs vão permitir evolução na Justiça e no sistema financeiro

Relatórios das comissões parlamentares que investigam o Judiciário e os bancos deverão oferecer sugestões para aperfeiçoar as instituições e fixar regras mais rígidas de controle, em defesa dos interesses da sociedade



CPI do Sistema Financeiro: relatório propõe mudanças legais destinadas a fechar brechas usadas por bancos e empresas para não pagar impostos

O primeiro efeito do trabalho das CPIs instaladas no semestre passado pelo Senado será o aprimoramento do Poder Judiciário e dos instrumentos de controle do sistema financeiro, a partir da reformulação do próprio Banco Central. É o que afirmaram os senadores Carlos Wilson e Jader Barbalho, ao realizarem um balanço das duas comissões, cujas atividades recomeçam logo após o recesso.

PÁGINAS 4 E 5



CPI do Judiciário: ao final dos trabalhos, sugestões para que a Justiça exerça melhor controle sobre gastos e combata males como o nepotismo

FERNANDO BEZERRA

Maior desafio para governo é reforma fiscal



Para líderes partidários, um semestre positivo

Senadores ressaltam bom ritmo de trabalho no plenário e nas comissões e esperam grandes debates na segunda metade do ano

LEOMAR QUINTANILHA

PPB ressalta mudanças na economia



ARLINDO PORTO

PTB lembra rápida reação contra a crise



HUGO NAPOLEÃO

PFL enfatiza aprovação do ajuste fiscal



MARINA SILVA

Oposição lamenta falta de CPI mista



JADER BARBALHO

PMDB espera saídas contra desemprego



SÉRGIO MACHADO

PSDB considera prioridade a reforma política





Líderes fazem avaliação positiva das atividades no primeiro semestre

Todos os líderes partidários avaliam positivamente as atividades realizadas pelo Senado no primeiro semestre. Para o líder do governo, Fernando Bezerra, o maior desafio agora é aprovar a reforma fiscal. A líder da oposição, Marina Silva, lamenta que não tenha sido criada uma CPI mista para apurar o vazamento de informações ocorrido na época da desvalorização do real.

Na opinião de Marina Silva, período foi "atípico e produtivo"

Líder do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou atípico o primeiro semestre do ano, em razão das inúmeras denúncias que chegaram ao Legislativo, algumas das quais continuarão sendo investigadas em agosto, como as sujeitas ao exame das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. Ela lamentou que não tenha sido criada uma CPI mista para investigar vazamento de informações quando da mudança de câmbio que implicou na desvalorização do real.



Marina: excesso de denúncias mudou a agenda do Senado

Para a senadora, essa quantidade de denúncias fez com que a agenda do Legislativo referente a projetos ficasse em segundo plano. Apesar disso, na avaliação de Marina Silva, o Sena-

do teve uma ação positiva em relação a alguns temas, como o relacionado com a discussão sobre os produtos geneticamente modificados.

Marina Silva definiu como precipitado parecer do Ministério da Agricultura e da CTMBIO (Comissão Técnica de Bio-Segurança) liberando soja geneticamente modificada para plantação. Referindo-se a liminar concedida pela Justiça para proibir, pelo

menos temporariamente, essa plantação, a senadora disse que o debate sobre os transgênicos é da maior importância para a sociedade brasileira.

Depois de lembrar que o Senado realizou um produtivo seminário a respeito do tema, ela observou que os de-

bates ali realizados deixaram claro que ainda não existe pesquisa com base suficiente para liberar esses produtos. Conforme a parlamentar, uma pesquisa feita nos Estados Unidos, que tem uma diversidade biológica precária, é muito diferente de uma realizada no Brasil, onde predomina uma megadiversidade.

Para a senadora, ao liberar a soja transgênica, o governo mostrou estar na contramão da história, visto que o interesse do mercado europeu é exatamente por produtos não geneticamente modificados. "No momento em que se tem a soja natural e uma opinião pública favorável a ela no mercado europeu, inclusive com a determinação de boicotar os produtos geneticamente modificados, por que liberar-se os transgênicos de forma generalizada?", questionou. Para ela, o Brasil devia aproveitar-se exatamente desse diferencial de qualidade para ganhar mais mercado de exportação.

Hugo Napoleão ressalta o trabalho realizado por CPIs

Para o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), o primeiro semestre do ano foi caracterizado pela agitação do ambiente político, "mas foram seis meses produtivos". Napoleão citou as CPIs do Judiciário e dos Bancos e a superação da crise cambial em janeiro último como exemplos de esforços bem-sucedidos do Senado, quando aprovou medidas indispensáveis para o ajuste fiscal e ao cumprimento dos acordos internacionais firmados pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outro aspecto destacado por Napoleão é a manutenção do clima de estabilidade propiciado pela bancada do PFL, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Para o líder, o PFL é "fator de equilíbrio" no processo político nacional. "O PFL é um partido que não tem dúvida do que quer, tem idéias e segue com elas", afirmou ele, para quem a principal virtude do PFL é não ter grupos ou facções que promovam "rachas". O reflexo disso, observou, pode ser constatado na coerência das votações da bancada.

– O partido tem sido dinâmico. O PFL e o PT têm sido considerados os partidos mais organizados do país. Todas as quintas-feiras, através da Executiva, nosso partido reúne-se para definir estratégias e ações. Estamos implementando um grande projeto de informatização interna e já anunciamos que teremos candidato próprio à Presidência da República em 2002 – relatou Napoleão.

No segundo semestre, Hugo Napoleão acredita que os maiores desafios serão as reformas tributária e política. Na área tributária, o senador revelou que o PFL prepara, através do Instituto Tancredo Neves,



Segundo Hugo Napoleão, o PFL tem sido o "fator de equilíbrio" do processo político nacional

um seminário com professores de Direito Tributário de todo o país para discutir e elaborar um anteprojeto do "Código do Contribuinte", nos mesmos moldes do Código de Defesa do Consumidor. Esse anteprojeto será examinado pelo partido antes de ser encaminhado ao Congresso. O senador também ressaltou o relatório apresentado pelo deputado Mussa Demes (PFL-PI) ao projeto de reforma tributária encaminhado pelo governo.

Em relação à reforma política, Hugo Napoleão disse que o PFL já marcou posição em alguns pontos com o projeto do presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Napoleão destacou a questão da fidelidade partidária, que estabelece o prazo mínimo de filiação em quatro anos para os candidatos; a proibição de coligações proporcionais, para evitar que partidos inexistentes se abriguem sob o "guarda-chuva" dos grandes partidos; e a cláusula de desempenho, que estabelece para existência de partidos o índice mínimo de 5% dos votos em nove estados da União.

Leomar Quintanilha dá ênfase à mudança do cenário econômico

"Nós concluímos o semestre mais otimistas do que quando começamos", afirmou o líder do PPB, senador Leomar Quintanilha (TO), ao fazer uma análise dos trabalhos do Legislativo em 1999. Lembrando que o ano começou dominado pela preocupação sobre a crise econômica que desvalorizou o real, ele observou que, "felizmente, a reação do país foi muito mais rápida e eficaz do que se imaginava".

Para Quintanilha, o Legislativo chegou ao final do primeiro semestre vendo "o país mais tranquilo", com inflação sob controle, com os juros em queda e os riscos da evasão de dólares bastante dimi-

nuidos. "É lógico que as questões ligadas à importação e exportação não sofreram alteração tão abrupta. Esse processo é um processo mais lento, mais gradativo, mas sinaliza com perspectivas positivas com relação ao balanço comercial", afirmou.

Lembrando que o Congresso discutiu e decidiu matérias importantes ao longo dos últimos seis meses, o líder disse que os parlamentares estão efetivamente preparados para dar sequência a reformas significativas, como a fiscal e a tributária, que deverão ser executadas no próximo semestre.

Conforme o senador, as decisões do



Para Quintanilha, o país agora está "mais tranquilo"

primeiro semestre atenderam às expectativas do país, razão por que não havia nada tão urgente que justificasse trabalho extraordinário nesse período de recesso. Ele entende que, durante esse mês, os parlamentares poderão ter um contato mais estreito com suas bases e, aí, efetivamente, ouvir a opinião do eleitorado sobre como estão sendo vistas as decisões aqui tomadas e como elas estão afetando os interesses da população.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademar Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sérgio Machado diz que reforma política é a prioridade para o PSDB

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), disse que a aprovação de matérias fundamentais no semestre passado deve possibilitar ao Congresso avançar ainda mais em novas reformas, principalmente dos sistemas tributário e político. Segundo o senador, a reforma política é a bandeira fundamental e prioritária do PSDB, motivo pelo qual o partido vai se empenhar na sua apreciação.

– Temos que sair do personalismo da política para passar para a política coletiva e conquistar definitivamente a democracia social – afirmou o

senador, que é relator de projetos de reforma partidária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele também citou a reforma do Judiciário entre os pontos sobre os quais o Senado deve se debruçar no segundo semestre do ano.



Machado destacou a importância do projeto que regulamentou as organizações não-governamentais

Sérgio Machado afirmou que a aprovação, logo no início de 1999, da prorrogação e aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e de outros itens do ajuste fiscal foi essencial para que o país pudesse superar as dificuldades financeiras que estava enfrentando.

O senador destacou ainda a aprovação, pelo Senado, do projeto de lei que criou o Ministério da Defesa, bem como de projeto que prevê punição para os cartórios que se neguem a emitir, gratuitamente, certidões de

nascimento e de óbito.

A seu ver, outro projeto de grande repercussão aprovado pela Casa é o que regulamenta o funcionamento das organizações não-governamentais (ONGs) no país, “pois esse é um setor relevante para a sociedade”.

Bezerra: saldo é favorável mas ainda há muito a fazer

“O saldo é extremamente positivo”, afirmou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (PMDB-RN), ao fazer uma análise dos trabalhos do Legislativo no primeiro semestre do

ano. Mas ele observou que o Congresso ainda tem muito o que fazer, visto que, em sua opinião, a sociedade brasileira ainda espera por vári-

as mudanças capazes de integrar o país ao mundo desenvolvido.

Fernando Bezerra destacou o importante papel desempenhado pelo Legislativo para enfrentar a crise econômica que se anunciava no início do ano. “A crise, surpreendentemente, tomou rumo diferente, quando a gente pensava que o país estava mergulhando no caos”, disse. Para que o país continue livre de turbulências, ele defendeu o ajuste fiscal, a reforma tributária e uma solução para a dívida da Previdência.

– Precisamos ainda de uma série de correções para que a economia possa crescer de maneira sustentada” – completou, antecipando que não vê nenhuma possibilidade de o dólar voltar a “explodir” em relação ao real. Na opinião de Bezerra, o



Fazer a reforma tributária é, na opinião de Fernando Bezerra, uma das principais tarefas que o Congresso tem pela frente

Congresso trabalhou bastante, mas há uma complexidade muito grande em matérias que ainda estão sob exame. “Como, além de senador, presido a Confederação Nacional da Indústria, minha tendência é analisar os trabalhos do ponto de vista econômico”, comentou.

Conforme o senador, a reforma tributária é uma das exigências que não só a iniciativa privada como a sociedade prioriza. “E felizmente isso está avançando. Há uma comissão instalada, o trabalho está andando, e eu acredito que vamos votar essa reforma no segundo semestre”, previu. O parlamentar se disse igualmente otimista com o projeto de lei de responsabilidade fiscal. Quanto à reforma política, ele também a

considerou avançada, mas ressaltou que a sociedade precisa compreender a complexidade do processo democrático.

– A discussão que se faz no âmbito das duas Casas do Legislativo é complexa, mas absolutamente necessária. Aqui se tem trabalhado muito e intensamente. Eu pediria que a sociedade visse isso – frisou.

Segundo Bezerra, existe no país uma tendência a se julgar superficialmente o trabalho do Legislativo, devido ao fato de muitas pessoas desconhecem o dia-a-dia dos parlamentares. No seu entender, se as pessoas vissem a rotina diária da maioria dos senadores, que começa cedo e termina tarde, constatariam como o trabalho é intenso e complexo.

Arlindo Porto destaca agilidade demonstrada na crise de janeiro

Para o líder do PTB no Senado, Arlindo Porto (MG), o primeiro semestre deste ano foi de “intenso trabalho legislativo” e uma demonstração de que a instituição faz qualquer esforço para resolver os problemas nacionais. Referindo-se às medidas aprovadas para combater a crise econômica detonada em janeiro, ele afirmou que os parlamentares não hesitaram em tomar mesmo medidas desgastantes, como o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos.

Na opinião de Arlindo Porto, a aprovação dessa medida, que naturalmente prejudica a imagem do parlamentar junto à sociedade, demonstrou que senadores e deputados colocam os interesses nacionais acima dos interesses eleitorais. “Para resolver aquela crise econômica, em nenhum momento o Legislativo se omitiu. Pelo contrário, foi ágil, aprovando rapidamente as medidas propostas pelo Executivo para impedir o



“Para resolver a crise econômica, em nenhum momento o Legislativo se omitiu”, disse Arlindo Porto

agravamento da situação”, disse.

Para Porto, os resultados do semestre foram positivos tanto na quantidade como na qualidade das matérias aprovadas. Ele também classificou como positivos os resultados já obtidos pelas CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. Para o senador, além disso, o Senado intensificou o diálogo com a sociedade e colocou em pauta temas da maior relevância para o desenvolvimento do país.

Jader afirma que aumento do desemprego deve concentrar as atenções

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), reconheceu que o primeiro semestre de 1999 foi marcado pela discussão da questão econômica, mas, referindo-se à desvalorização da moeda nacional ocorrida no país em janeiro, disse ver na crise a oportunidade de o Brasil amadurecer a respeito dos fatos que podem, na atualidade, levar uma economia ao colapso.

Para o senador, determinados gestos no mercado financeiro têm implicações internacionais que exigem rapidez e maturidade no enfrentamento. “Esses episódios justificam mais do que nunca a necessidade de criarmos salvaguardas para nos proteger. O Brasil enfrentou dois episódios graves, a

crise da Ásia e a crise da Rússia, e precisa criar mecanismos para não passar por mais uma situação como essa”, disse o líder.

Lembrando que no auge da crise as previsões econômicas apontavam para uma inflação acumulada de 16% em 1999, ele observou que, agora, fala-se numa taxa anual de 8%, ou ainda menor – portanto, metade do que o inicialmente previsto. “Todas as previsões eram absolutamente catastróficas em relação à nossa economia, e o que nós estamos vendo é que o país consegue enfrentar razoavelmente a crise”, analisou o líder.

Jader Barbalho reconheceu que, apesar de o Brasil não ter sucumbido, persiste a preocupação com as altas taxas de desemprego. “Essa é



Jader Barbalho defende a adoção de “salvaguardas” para proteger o Brasil de crises em outros países

que deve ser nossa maior preocupação no momento”, afirmou, definindo também como imprescindível a votação da reforma fiscal no próximo semestre. Conforme o líder peemedebista, seu partido considera fundamental que o Brasil tenha uma nova estrutura tributária e fiscal, até por um imperativo de justiça social.

Investigação deve deflagrar reforma da Justiça

Ao apurar diversas denúncias contra integrantes do Judiciário, Senado dá primeiro passo para que Poder antes intocável passe a sofrer maior controle sobre os seus gastos, especialmente para obras e funcionários

“Quem poderia imaginar que um dia esse país fizesse uma CPI para investigar quem se julga acima do bem e do mal.” A observação é do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no Poder Judiciário. Para ele, ao investigar



Carlos Wilson: aperfeiçoamento das instituições

os erros do Judiciário, o Senado contribui para o aperfeiçoamento da instituição. Carlos Wilson acredita que a CPI deve sugerir maior controle dos gastos pelos tribunais e a criação de mecanismos de combate ao nepotismo (contratação de parentes para cargos públicos), entre outros pontos:

– Os resultados das investigações são extremamente favoráveis. E o relatório do senador Paulo Souto deverá conter sugestões para a reforma do Judiciário – revelou Carlos Wilson.

Em menos de três meses de

trabalho, a CPI se dedicou à investigação de sete casos concretos de irregularidades no Poder Judiciário. Foram ouvidas 50 testemunhas em torno de casos que teriam ocorrido no âmbito dos tribunais regionais do Trabalho da Paraíba, de São Paulo e do Rio de Janeiro, e do Poder Judiciário do Amazonas, do Pará e do Distrito Federal, além da Vara da Infância e Adolescência de Jundiaí (SP).

Criada para investigar inicialmente cinco casos concretos, conforme requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães, a CPI ampliou sua abrangência. Os senadores admitiram a apuração de novos casos, dada a gravidade das irregularidades apontadas. Apesar das diversas frentes de investigação, os senadores esperam concluir os trabalhos dentro do prazo regimental de 120 dias, que se esgota em 26 de agosto.

Soltura de traficantes e tráfico de bebês na pauta

Segundo denúncias que chegaram à CPI do Judiciário e que foram confirmadas por membros do Ministério Público do Amazonas, o Tribunal de Justiça do estado teria concedido alvarás de soltura ilegais para traficantes. De acordo com o depoimento do procurador João Bosco Valente, o desembargador Daniel Ferreira usou argumentos jurídicos “totalmente inconsistentes” para justificar os alvarás.

A competência do desembargador para ordenar a soltura foi questionada tanto pelo procurador da Justiça Federal no Amazonas, Osório Sobrinho, quanto pelos senadores membros da CPI. Para Osório, ao cassar a prisão de traficantes, o corregedor teria assumido atribuições das câmaras criminais. O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), lembrou que o tráfico de entorpecentes é de competência da Justiça Federal e a soltura dos presos por um ato do corregedor da Justiça estadual constitui um “erro



Paulo Souto, relator da CPI: “erro grosseiro”

grossoiro” de Direito.

Outro caso na mira da CPI é o das crianças de Jundiaí (SP). Os senadores suspeitam que o ex-juiz da Vara da Infância de Jundiaí, Luiz Beethoven, tenha montado um esquema para retirar o pátrio poder de mães no município e possibilitar adoções de crianças, principalmente por parte de famílias do exterior. A comissão também investiga a remessa de recursos do exterior para o Centro de Orientação do Menor de Jundiaí, que intermediaria as adoções.

Os senadores investigam também o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança teria sido dilapidada no decorrer do processo de inventário, sob a responsabilidade do atual desembargador do DF Asdrúbal Cruxên. A denúncia não constava do requerimento de criação da CPI. Da herança estimada em R\$ 30 milhões, restaram apenas 3%. Beethoven e Cruxên deverão depor na CPI no início de agosto.



Plenário da CPI do Judiciário: além dos fatos determinados no requerimento inicial, novas denúncias chegam ao conhecimento dos senadores

Prédio de R\$ 230 milhões é alvo de suspeitas

A construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo é o principal ponto sob investigação da CPI. A obra, até hoje inacabada, consumiu cerca de R\$ 230 milhões. A CPI já ouviu o ex-presidente do TRT-SP, Nicolau dos Santos Neto, responsável pela obra, além de outros ex-presidentes do tribunal. Depôs também o ex-genro de Nicolau, Marco Aurélio Gil, que o acusou de se apropriar de recursos públicos e de ostentar sinais exteriores de riqueza incompatíveis com seus vencimentos de magistrado.

Em depoimento à CPI, Nicolau argumentou que não tinha condições técnicas de questionar os pedidos de liberação de recursos para a obra. Em várias ocasiões, o ex-juiz, hoje aposentado, se recusou a responder perguntas dos senadores, alegando não ser obrigado a fornecer informações que viessem a prejudicá-lo.

Os senadores presentes ao depoimento consideraram que Nicolau perdeu uma excelente oportunidade de se defender. Os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Carlos Wilson (PSDB-PE), respectivamente relator e vice-presidente da CPI, acreditam que, da maneira como se portou, Nicolau mostrou que não tinha argumentos para se defender ou que iria se comprometer ainda mais.

Com a atitude de se reservar o direito de não falar, Nicolau se coloca na posição de pré-réu ou pré-indiciado, segundo entende o senador Pedro Simon (PMDB-RS). “Assim, ele mostra que acha que suas respostas podem prejudicá-lo”, avaliou o senador.

Depois de reunir dados sobre a licitação e o andamento do empreendimento, a comissão convocou os proprietários da construtora Incal, responsável pela obra. Um deles, Fábio Monteiro de Barros, questionou as acusações de superfaturamento do prédio. Ele apresentou parecer do Sindicato Nacional da Construção Civil, segundo o qual o prédio estaria avaliado em US\$ 193 milhões (cerca de R\$ 341 milhões). Além disso, negou ter relações pessoais com o ex-juiz Nicolau.

Mas o relator Paulo Souto apresentou vários documentos atestando contratos de corretagem entre o juiz e o Grupo Monteiro de Barros, despesas pagas pela Monteiro de Barros ao juiz, nos Estados Unidos, bem como documentos e cartas de uma corretora norte-americana comprovando a compra de um imóvel em Miami, para Nicolau.

Citado pelo empresário dono da Incal em seu depoimento, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi voluntariamente à CPI explicar as relações comerciais de suas empresas com o Grupo Monteiro de Barros.



Suspeitas envolvem TRTs da Paraíba e do Rio

A CPI do Judiciário também investiga denúncias envolvendo mais dois tribunais regionais do Trabalho. No TRT da Paraíba, estão sendo apuradas denúncias de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indevida de recursos públicos e compras sem licitação. As denúncias foram feitas pelo técnico judiciário do tribunal, Antônio de Pádua Pereira Leite, e confirmadas pelo procurador da República no estado, Eithel Santiago.

As investigações se centram na aquisição de um imóvel em João Pessoa, para abrigar juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal. Dados levantados pela CPI indicam que o imóvel, que foi vendido por R\$ 710 mil, valeria R\$ 225 mil.

Os senadores também apuram denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994. Os três juizes que fizeram parte de comissão de sindicância do tribunal confirmaram as denúncias. A convocação de Mello Porto já foi aprovada pela comissão e ele deverá comparecer à CPI nos primeiros dias de agosto.

CPI já recebeu mais de 3 mil denúncias

A CPI do Judiciário já recebeu mais de 3 mil denúncias de irregularidades. Como o prazo regimental para o trabalho da comissão é de 120 dias, os senadores decidiram enviar as denúncias ao Ministério Público, que, se for o caso, poderá solicitar a abertura de inquérito. Alguns destes casos concretos, que não constavam do requerimento de criação da CPI, foram acolhidos pela comissão por apresentarem fortes indícios de irregularidades.

Um deles é a denúncia de suborno contra o juiz da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, Avenir Passos de Oliveira, que trabalhou no processo contra a construtora Encol. Advogados da Encol acusaram o juiz de ter recebido cerca de R\$ 1 milhão para favorecer a construtora.

Outro caso recente na pauta da CPI é a denúncia de arbitrariedades que teriam sido cometidas pelo presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Francisco das Chagas Praça, para impedir a demissão, por acusação de nepotismo, de parentes dos desembargadores, inclusive pessoas de sua família. A CPI pretende incluir o assunto no relatório final a ser elaborado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), ainda que não seja possível realizar audiências para aprofundar as investigações.

Jader anuncia que CPI vai propor um novo BC

Trabalho da comissão, segundo o líder do PMDB, não se limitará à apuração dos fatos: relatório final deverá sugerir uma legislação mais transparente para o sistema financeiro e fechar brechas que permitem evasão fiscal

Depois de 76 dias de trabalho e do depoimento de 35 pessoas, a CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro "já tem material suficiente para propor ao país um novo Banco Central, com uma nova fiscalização e uma nova legislação para impedir escândalos financeiros", garante o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e autor do requerimento que criou a comissão de inquérito.

— A CPI vai propor uma legislação mais transparente para o sistema financeiro, para que os poupadores não percam dinheiro. Além disso, a CPI vai sugerir mais de dez mudanças legislativas, fechando brechas hoje usadas pelos bancos e grandes empresas para reduzir o valor dos impostos a pagar — acrescentou. Para ele, a CPI revelou ao país "o escândalo legalizado" que são as alternativas que banqueiros e empresários têm para reduzir seus



impostos.

— É mais que um escândalo a informação de que metade das 530 maiores empresas do Brasil não paga imposto de renda — observou Jader Barbalho.

A comissão já está analisando algumas propostas de mudanças de lei enviadas pela Secretaria da Receita Federal e elas constarão do relatório final, já em forma de projetos de lei.

Para o presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), só os resultados obtidos pela comissão de inquérito até o final de junho, antes do recesso parlamentar de julho, "já justificam em muito a CPI".

Arruda lembrou que a CPI investigou a fundo a venda de dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam, e o relatório final apontará os responsáveis e pedirá ressarcimentos ao Banco Central.

Lopes e dirigentes de dois bancos poderão responder por prejuízo

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), vai responsabilizar em seu parecer a diretoria do Banco Central de janeiro último, presidida por Francisco Lopes, e os ex-controladores dos bancos Marka, Salvatore Cacciola, e FonteCindam pelos prejuízos que o BC teve com a venda de dólares, a preços favorecidos, às duas instituições.

João Alberto pretende afirmar em seu relatório que a ex-diretoria do BC mentiu à Polícia Federal, ao Ministério Público e à CPI por ter declarado que os dólares ao Marka e ao FonteCindam foram vendidos depois que a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) alertou para um possível "risco sistêmico" se alguns bancos não conseguissem honrar seus compromissos de entrega de dólares no futuro. Os depoimentos tomados, conforme o relator, pro-



João Alberto diz que BM&F pode ser acusada de falsidade ideológica

vam que não havia risco de quebra no sistema financeiro.

Além disso, João Alberto irá considerar em seu relatório que a diretoria da BM&F cometeu falsidade ideológica, por ter reescrito uma carta ao BC sobre o problema e, a pedido do banco, ainda mudou os termos do documento. Outro fato que depõe contra a então diretoria do BC: a carta

da BM&F com o pedido de socorro foi entregue ao Banco Central quando a sua diretoria já havia decidido vender os dólares ao Marka e ao FonteCindam.

A venda dos dólares e a denúncia de que teria havido vazamento da notícia de que o câmbio seria liberado dia 18 de janeiro tomaram os primeiros 45 dias da CPI. No caso do vazamento, os senadores não encontraram provas de que ele tenha ocorrido, conforme o senador João Alberto.



Após 76 dias de trabalho, a CPI se sente em condições de propor novos rumos para o sistema financeiro nacional

Senadores tentam encontrar solução para mutuários da Encol

Assim que retornarem do recesso legislativo, no dia 2 de agosto, os senadores da CPI do Sistema Financeiro vão tentar encontrar uma fórmula que leve os bancos oficiais (BB, CEF e Banespa) a liberarem as garantias de frações de terrenos ou de prédios em construção que a Encol deu como garantia para tomar empréstimos bancários. Apesar de as frações pertencerem aos mutuários da ex-contrutora, eles estão impedidos de continuar as obras por conta própria enquanto os bancos estiverem com as garantias.

A intenção de se liberarem as garantias foi comunicada à imprensa pelo presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), após a série de depoi-

mentos de funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil que participaram de alguma forma da concessão de financiamentos à Encol, antes de sua falência.

Além do caso Marka-FonteCindam, a crise da Encol, com prejuízos que ela deu ao Banco do Brasil,

foi um dos pontos de destaque da CPI, nos primeiros 76 dias de funcionamento. Os senadores ouviram até mesmo o depoimento do ex-dono da construtora, Pedro Paulo de Souza, que se encontrava preso em Goiânia e foi levado à CPI por agentes da Polícia Federal.

José Roberto Arruda anunciou a intenção de buscar a liberação das garantias pelos bancos oficiais



Injeção de R\$ 20 bilhões no sistema financeiro será investigada em agosto

Assim que retornarem do recesso, no dia 2 de agosto, os senadores da CPI do Sistema Financeiro deverão votar proposta do relator para que sejam ouvidos nos dias seguintes banqueiros e ex-banqueiros que participaram de alguma forma do Proer, seja comprando ou vendendo instituições financeiras com o apoio do Banco Central. O relator, senador João Alberto (PMDB-MA), pretende sugerir a convocação de pelo menos seis pessoas.

A CPI começou a tomar depoi-

mentos sobre o Proer, mas interrompeu o assunto uma semana antes do recesso, depois de ouvir o ex-dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, e o presidente do banco que comprou a instituição, o grupo inglês HSBC. A requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a comissão pediu ao Banco Central documentos detalhados sobre o caso Bamerindus, depois de ouvir denúncia de Andrade Vieira de que teria havido má gestão do banco sob intervenção do BC.

A CPI investiga o Proer na tentativa de saber por que o sistema financeiro nacional continua frágil depois de receber mais de R\$ 20 bilhões para sua reestruturação.

O final do mês de agosto será dedicado pela CPI a estudar propostas para melhorar a legislação do sistema financeiro, inclusive para acabar com brechas legais que permitem a bancos e empresas reduzirem o valor dos impostos pagos. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deve ser convidado a falar sobre o assunto.

Cresce a procura pelos serviços da biblioteca

Ampliação da oferta, melhoria das instalações e trabalho das comissões parlamentares de inquérito do Judiciário e do Sistema Financeiro elevam em cerca de 20% consulta a livros, revistas, jornais e outras fontes

A melhoria das instalações, a ampliação da oferta de serviços e o ritmo intenso das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) elevaram em mais de 1.000% as consultas a jornais na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho entre os meses de abril e maio. O atendimento global (livros, revistas, jornais e outras fontes) cresceu em cerca de 20%

– O pulsar do Senado reflete-se diretamente aqui – diz a diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira.

Também é parte desse dinamismo a atuação dos novos senadores neste início de legislatura. Em abril, quando a biblioteca foi reaberta, depois de ampla reforma e modernização, foram prestados 3.281 atendimentos. Em maio, esse número subiu para 3.911 – um crescimento de 19,2%. No mesmo período, as consultas a revistas, especificamente, cresceram de 1.369 para 2.634 (92%) e as consultas a jornais, de 110 a 1.290 (1.072%).

– Para uma biblioteca com apenas dois meses de funcionamento, em sua nova fase, esse é um recor-

de – observa Simone. – Estamos orgulhosos de fornecer informação qualificada e, por meio de um sistema inteligente, cooperando com o parlamento democrático.

A diretora explicou que as CPIs levaram ao uso intenso de novas instalações da biblioteca como as salas privativas dos senadores e dos consultores, equipadas com bibliografia básica e especializada. Em junho, por exemplo, esses ambientes foram usados para o trabalho de relatoria das CPIs do sistema financeiro e do Judiciário.

A Biblioteca Luiz Viana Filho está trabalhando em outras frentes para responder ao desafio de dar elementos aos tomadores de decisão, a fim de que esta esteja solidamente calçada. Um dos projetos em andamento é o das súmulas destinadas especialmente às comissões, com as principais notícias e artigos publicados sobre a pauta de cada reunião.

– Esta informação tem que ser atualizada, precisa e estar disponível com rapidez – acrescenta.



Os usuários reconhecem que pesquisa ao acervo da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho foi bastante facilitada

Acervo chega a 150 mil títulos de livros

Reaberta no dia 7 de abril, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, está vivendo importantes mudanças conceituais e tecnológicas, segundo explica a diretora da instituição, Simone Bastos Vieira. Com cerca de 3.250 metros quadrados, a biblioteca melhorou a consulta pelos meios tradicionais (pesquisa direta na fonte) e está oferecendo acesso por meios virtuais ao acervo, especializado em Ciências Sociais, com cerca de 60% das obras na área de Direito.

A Biblioteca do Senado tem à disposição da comunidade uma coleção de aproximadamente 150 mil títulos de livros; 3 mil e 600 títulos de periódicos; 4 mil obras raras; 2,7 milhões de recortes de jornais; e aproximadamente 500 títulos de periódicos estrangeiros e nacionais, acessados por meio eletrônico.

– Biblioteca como depósito de livros não é nosso objetivo – diz Simone Vieira.

A diretora rejeita também o caráter de

mosteiro, em que somente a uns poucos é permitido conhecer obras envoltas em segredo.

– Nosso estilo não é o do *Nome da Rosa* – ironiza a diretora, em referência ao livro de Umberto Eco levado com sucesso ao cinema.

As transformações da biblioteca vão além da consulta ao catálogo por meio de oito microcomputadores (quatro deles no sistema de auto-atendimento). A área de multimeios oferece pesquisa de arquivos gravados eletronicamente, inclusive em CD-ROM, e em microfílm. “Minhas pesquisas têm sido bastante facilitadas”, testemunha Luis Gustavo da Silva Mota, aluno de mestrado da Universidade de Brasília. Ele está estudando a posição brasileira em relação à Guerra Civil Espanhola por meio de consultas a artigos publicados entre 1936 e 1939 no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

A área de multimeios mais se antecipa do que reage às demandas do Senado.

Notícias e artigos sobre 5,6 mil assuntos são selecionados e arquivados para suprir parlamentares e assessores quando das discussões e elaboração de projetos.

Simone Vieira, que tem mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Sistemas Inteligentes de Informação, ressalta que substancial investimento em recursos humanos tem sido feito para que a biblioteca torne eficiente e econômica a pesquisa de seu material. Vários funcionários são formados em Biblioteconomia e Direito e têm mestrado em Ciência da Informação.

O resultado é um sistema ágil e conveniente, que permite, por exemplo, responder a consultas por *e-mail* do mundo inteiro e dar acesso gratuito a revistas como a inglesa *The Economist* por meio de CD-ROM. No futuro, esse tipo de consulta será feito pela Internet. A conquista mais recente da biblioteca foi a interligação com grande número de bibliotecas parlamentares do mundo.

ILB deu treinamento a 1.350 servidores

No primeiro semestre deste ano, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) atendeu 1.350 servidores, através de 37 cursos oferecidos dentro do Programa Permanente de Qualificação Técnica (PPQT). “O ILB, consciente da grande responsabilidade que lhe foi atribuída, espera que os resultados que vêm sendo alcançados, sem dúvida altamente positivos, possam se repetir ao longo do ano, em decorrência do engajamento e do esforço sempre maiores dos servidores da Casa, na busca constante do aperfeiçoamento profissional”, afirmou o diretor da Coordenação de Treinamentos, Paulo Roberto de Almeida Campos.

Para o segundo semestre, o ILB acrescentará mais 15 eventos e manterá a mesma estrutura utilizada no primeiro semestre. Serão oferecidos os seguintes cursos: Estudos Sociopolíticos,

Legislativos, Econômicos, Financeiros, Orçamentários, Contábeis, de Administração Pública, Jurídicos, Linguísticos e de Comunicação, de Informática e Informação, Conhecimentos Específicos e Complementares. Além desses cursos, estão previstos vários ciclos de palestras, abordando assuntos de natureza acadêmica ou de grande relevância no âmbito governamental e afetos ao Poder Legislativo, tais como as reformas tributária, administrativa e previdenciária.

O ILB é responsável pela formulação, execução e avaliação das atividades de formação, treinamento e capacitação de recursos humanos do Senado Federal. Além disso, o ILB elabora programas de estudos avançados em convênio com outros parlamentos e é composto por um Conselho de Supervisão e uma Diretoria Executiva.

Preso que freqüentar escola poderá ter pena reduzida

Maguito Vilela é autor do projeto que aperfeiçoa a Lei de Execução Penal



Projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) aperfeiçoa a Lei de Execução Penal para permitir a redução de pena também por meio do estudo, já que atualmente só através do trabalho o preso consegue diminuir sua condenação. Segundo a proposta, a contagem do tempo será feita à razão de um dia de prisão

por três de trabalho ou de um dia de pena por dois de estudo.

O benefício só será concedido ao condenado matriculado em estabelecimento de ensino regular e não será computado para fins de redução da pena caso ele não seja aprovado. A proposta prevê também que as reduções da pena por trabalho e por estudo

são independentes e podem ser realizadas simultaneamente.

Em sua justificativa, o senador Maguito Vilela afirma que seu projeto tem como objetivo abrir para os “condenados um novo caminho – o estudo em busca da reabilitação, sem dúvida tão digna, útil e relevante socialmente como o trabalho”.

Interlegis recebe verbas do BID para implantação

O contrato de financiamento para a criação da Rede de Integração Parlamentar (Interlegis) deverá ser assinado no próximo dia 27, informou ontem a diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Célia Peres Borges. Ela



Regina Célia, diretora-executiva do Prodasen

acredita que um ano depois da assinatura do contrato, a ser firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a rede já estará em pleno funcionamento. A Interlegis ligará em comunidade virtual o Senado, a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União (TCU), as assembleias legislativas estaduais e as câmaras de vereadores.

De acordo com Regina, participarão da solenidade de assinatura – ainda sem local definido – o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, o pre-

sidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. A partir da formalização do financiamento, começará a contar o prazo para o cumprimento do cronograma de instalação da rede, do qual depende a liberação dos recursos pelo BID:

– Estamos marchando a passo firme para cumprir as nossas metas – disse a diretora do Prodasen, órgão executor do projeto. Atrasos em cada etapa acarretarão bloqueio das parcelas previstas no contrato, sem o perdão dos juros devidos, como é de praxe nesse tipo de financiamento.

A solução de problemas tecnológicos é a parte mais fácil do processo, de acordo com a diretora do Prodasen. Mais complexo, segundo ela, é convencer todos os interessados e futuros usuários da necessidade de aderir ao projeto e promover as mudanças culturais fundamentais para a sua realização.

Rede legislativa permitirá comunicação em tempo real

A Rede de Integração Legislativa (Interlegis) permitirá a comunicação, em tempo real, entre o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais. Parlamentares de todo o país poderão trocar informações com o objetivo de fortalecer o poder legislativo nas três esferas.

Organizada pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), a Rede de Integração Legislativa está sendo parcialmente financiada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 25 milhões. O dinheiro sairá de um fundo específico da instituição destinado à modernização do Estado. Como contrapartida, a União aportará outros US\$ 25 milhões, de acordo com resolução aprovada pelo Senado no dia 8 de abril.

Nos três primeiros anos, o sistema funcionará com 30 salas para videoconferências nas assembleias legislativas dos estados e do Distrito Federal, na Câmara dos Deputados, no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Senado. Deverão ainda ser atendidos 2.500 municípios – 556 no primeiro ano – com estações de trabalho dotadas de microcomputador, impressora, placa de vídeo e antena parabólica.

A Interlegis vem sendo elogiada pelos senadores, que vêem na criação dessa comunidade virtual mais uma etapa na consolidação da democra-

cia – propiciada no caso pelos avanços tecnológicos, a rapidez e o volume de informações que circularão por todo o país. O projeto não só recebeu o aval do BID, como é considerado pela instituição um modelo a ser adotado em outros países.

Entre muitos benefícios, a Interlegis proporcionará melhorias na qualidade de vida de comunidades do interior do país, na medida em que aumentará o nível de informação entre as casas legislativas de estados e municípios. Com a vantagem de que usará ambiente virtual barato (a Internet e uma rede extranet) e terá seus custos de instalação pagos em cinco anos.

A rede servirá também como instrumento para treinar e aprimorar os parlamentares e servidores do Legislativo. Está prevista a realização de cursos sobre temas como orçamento e processo legislativo.

A adesão à Interlegis é possível por meio de pedido formal de cadastramento da casa legislativa ao Prodasen. O cadastramento é voluntário e poderá ser feito pela Internet (<http://www.interlegis.gov.br>), por disquete ou por formulário (061-311-4722). Cada parlamentar poderá usufruir de *homepage* padrão e endereço de correio eletrônico. Se já dispuser de página na Internet, poderá hospedá-la no servidor da Interlegis.

Reforma do Anexo I fica pronta até final de 2000

Prédio de 40 anos chegou a receber notificação dos bombeiros por causa da ameaça de incêndios. Obras já estão no 13º andar

A reforma do Anexo I do Senado, o qual chegou a receber uma notificação de interdição do Corpo de Bombeiros há cerca de três anos, estará concluída no final do ano que vem, anunciou o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia. Com isso, “estará afastado de vez o risco de incêndios no prédio”, que tanto preocupava os funcionários que trabalham nos andares superiores.

A reforma, que começou pelos andares mais altos, já está no 13º andar e, até o final do ano, chegará ao 8º pavimento. Concluído em 1959, o edifício de 28 andares guardava ainda as tábuas usadas como fôrmas para colocação de concreto nos pisos e, conforme laudo dos bombeiros, um incêndio no prédio teria proporções devastadoras.

Ao fazer um balanço do semestre, Agaciel Maia destacou a reforma feita na Biblioteca do Senado, que dobrou a capacidade de assentos. Para ele, boa parte das instalações da Casa têm quase 40 anos e há muito exigiam recuperação.



Agaciel da Silva Maia, diretor-geral do Senado: tábuas usadas ainda na construção do prédio continuavam sob o piso dos andares

Agaciel Maia informou que o Senado lançará no mês que vem nova edição do CD-ROM com a legislação brasileira completa, de 1946 até agora. Seis meses depois, estará disponível em CD toda legislação referente ao Brasil, desde 1500, incluindo as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. E mais: dentro de pouco tempo, qualquer cidadão poderá ver toda

essa documentação, de forma integral, pela Internet, afirmou o diretor-geral do Senado.

Também em breve, conforme Agaciel Maia, qualquer funcionário do Senado terá acesso, via computador, às aulas ao vivo dadas por especialistas do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), sem a necessidade de se deslocar às instalações do instituto.

Melo representa o Brasil em fórum

O primeiro vice-presidente, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), vai representar o Brasil no 1º Fórum dos Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que acontece nos próximos dias 12 e 13, na cidade de Maputo, em Moçambique. Farão parte do encontro representações do país sede, Brasil, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Portugal, Guiné Bissau e do povo do Timor Leste:

– Nessa reunião todos estarão empenhados em estruturar e fundamentar a existência e o funcionamento dessa comunidade – explicou o senador, ao detalhar que a intenção é inserir a comunidade no debate internacional, definindo o papel dos parlamentos dos países participantes dentro dela e no mundo.

Além disso, o encontro vai tratar de questões fundamentais sobre a soberania dos povos diante de questões internacionais novas. É o caso, por exemplo,



Senador Geraldo Melo estará em Moçambique para o Fórum de Países de Língua Portuguesa

dos temas relacionados ao controle do meio ambiente e à defesa dos direitos humanos, esclareceu Geraldo Melo. Ele exemplificou citando o caso do ex-presidente Augusto Pinochet, do Chile, que foi impedido de sair da Inglaterra por um pedido de extradição da Espanha, que o acusa de crimes de tortura e desaparecimento de presos políticos durante seu governo.

Segundo o senador, os parlamentos não têm como tratar essa

questão com base nos fundamentos jurídicos conhecidos, mas como uma questão moral. “Também as questões ambientais são supranacionais”, afirmou ele.

Outros assuntos que vão fazer parte dos debates do encontro são: os conflitos e o impasse diante da questão da independência do Timor Leste da Indonésia, a posição dos países de língua portuguesa diante dos novos rumos econômicos e da globalização, e também sobre a Internet e os parlamentos.

Geraldo Melo informou ainda que vai apresentar aos representantes dos outros países a experiência de um projeto do Senado, na gestão do presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o Interlegis – que consiste em um sistema de integração via computador de todas as assembleias legislativas do Brasil –, fazendo a proposta de se fazer o mesmo em relação aos parlamentos daqueles países no futuro.

Patrocínio pede apoio para as pequenas empresas

Governo deve incentivar aqueles que “mais contribuem para resolver o problema do desemprego”, afirma o senador. Para fazer isso, acrescenta ele, é preciso facilitar o acesso ao crédito e desburocratizar procedimentos



Iron Nascimento, afirmou Iris Rezende, era um “homem de idéias claras e definidas”

Iris Rezende homenageia Iron Nascimento

Ao lamentar a morte do ex-deputado estadual Iron Nascimento, ocorrida em 24 de junho, no município goiano de Rio Verde, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que o ex-parlamentar, além de ter sido uma expressiva liderança do PMDB, “foi um dos mais importantes personagens da vida política de Goiás”.

Iris Rezende lembrou que Iron Nascimento exerceu por duas vezes o cargo de vereador em Rio Verde, município do qual foi depois prefeito, e que, entre 1991 e 1994, desempenhou o mandato de deputado estadual, “constituindo-se num dos principais nomes” da Assembléia Legislativa goiana.

— Homem de idéias claras e definidas, Iron Nascimento, durante toda a sua trajetória, constituiu-se numa voz marcante na defesa do desenvolvimento de Goiás, sempre lutando pela modernização do estado e pelo fortalecimento de sua economia — disse, lembrando, que, ao governar Goiás pela primeira vez, teve a honra de ter o ex-deputado como secretário da Cultura.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apelou ao governo para que tome medidas em favor das micro e pequenas empresas. Ele destacou o fato de elas serem as que “mais contribuem para resolver um dos maiores problemas das economias modernas, o desemprego”.

Segundo Patrocínio, o presidente Fernando Henrique tem adotado medidas importantes para o desenvolvimento das pequenas empresas, como a simplificação da tributação e a disponibilidade de linhas de crédito especiais. “Mas as pequenas empresas merecem mais, muito mais, pelo que fazem e ainda poderão fazer pela economia nacional,



Patrocínio: “Pequenas empresas merecem mais, muito mais, pelo que fazem e ainda poderão fazer”

gerando empregos e contribuindo para dar mais estabilidade ao campo social”, afirmou. Ele defende a imediata redução de normas burocráticas e a ampliação

de linhas de crédito adequadas ao desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil. “O governo quer atingir, nos próximos dois anos, a meta de US\$ 100 bilhões em exportações. Somente com uma significativa participação das pequenas e microempresas, isso será possível”, argumentou.

O senador cita estudos comparativos realizados pela Fipe e pelo Sebrae para demonstrar que “os pequenos empreendimentos estão em desvantagem em relação aos de grande porte em aspectos como qualificação de mão-de-obra, tecnologia, produtividade e atualização de equipamentos”. Para compensar, acrescentou, é preciso que o governo desburocratize processos e facilite o acesso ao crédito.



Luzia Toledo acha que consórcios entre prefeituras podem facilitar crescimento do setor

Luzia Toledo destaca o potencial turístico do ES

O turismo só acontece de forma sustentada onde as vias de acesso são boas, as cidades limpas, em que haja preservação do meio ambiente e a sensação de segurança esteja espalhada por toda parte. A afirmação foi feita pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) ao defender mais profissionalização no setor e associações ou consórcios entre prefeituras, com participação dos governos estaduais e do governo federal, através da Embratur, para dotar o Espírito Santo de infra-estrutura turística adequada.

— A relação de parceria entre o setor público, a iniciativa privada e os organismos da sociedade civil são fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística de forma a serem obtidos resultados econômicos e sociais sustentáveis e de longa duração — explicou a senadora.

Luzia disse que 27 municípios do norte do Espírito Santo estão investindo com as facilidades e vantagens da Sudene, com a aplicação de recursos provenientes do Prodetur Nordeste, e que é preciso pensar na criação de alianças entre municípios que possam formar cadeias de valor econômico e oferecer uma infra-estrutura turística interdependente e interrelacionada.

Segundo a senadora, as pessoas procuram uma localidade com base na imagem que ela consegue difundir junto aos pólos emissores de turistas e essa imagem provém de diversos fatores, destacando-se as atrações naturais, culturais, históricas e construídas; a infra-estrutura básica de acesso e equipamentos turísticos; e as pessoas do lugar com a receptividade, hospitalidade, habilidade e profissionalismo. “O turismo é uma das grandes potencialidades econômicas do Espírito Santo, que tem condições de contrabalançar o esvaziamento econômico verificado em algumas regiões, desde que isso seja tratado com profissionalismo e vontade política”, avaliou.

Alcântara aponta economia trazida pelo Tribunal de Contas da União

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) em 1998. Segundo ele, relatório das atividades do tribunal, recentemente publicado, indica que o trabalho do TCU gerou uma economia muito grande por parte da União.

O parlamentar destacou a fiscalização e o acompanhamento, pelo TCU, do Programa Nacional de Desestatização. Somente no processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), a atuação do tribunal gerou uma economia de R\$ 80 milhões. Na liquidação da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, os cofres públicos foram poupados em outros R\$ 23 milhões.

O senador ressaltou ainda a economia originada nas auditorias realizadas pelo TCU no Departamento de Aviação Civil (DAC), de R\$ 50 milhões, e na empresa

Sergiportos, do governo do estado de Sergipe, de R\$ 43 milhões. Alcântara referiu-se também ao possível acréscimo da receita da União em mais de R\$ 1 bilhão, a partir da cobrança de dívidas de 2,5 milhões de imóveis passíveis de regularização. A cobrança foi sugerida pelo TCU após auditoria na Secretaria do Patrimônio da União.

Ele registrou que o TCU deliberou sobre 10.640 processos, em 189 sessões realizadas. Foram aprovados 1.177 acórdãos e proferidas 1.585 decisões. Foram condenados 1.006 responsáveis por despesas públicas e aplicadas multas que, somadas, superam os R\$ 43 milhões. No período, também foram iniciadas 729 fiscalizações (158 delas por determinação do Congresso Nacional) e apuradas 141 denúncias.

O senador destacou a “constante



Segundo Alcântara, o TCU condenou 1.006 ordenadores de despesas no ano passado

modernização” do tribunal, que hoje divulga na Internet “informações tributárias, contábeis, orçamentárias e fiscais da União, estados, Distrito Federal e municípios”, assim como compras e contratos das administrações direta e indireta.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h — Saúde Todo Dia - Spinning Bike
7h30 — Especial Unip — Expedição da Amazônia
8h — Especial — Revista da CPI do Judiciário — 2º programa
8h30 — Entrevista — O senador Edison Lobão fala sobre reforma político-partidária
9h — Mulheres em Destaque — Apresentando a atriz Cássia Kiss
9h30 — Especial sobre Oscar Niemeyer
10h — Cores do Brasil — Maranhão
10h30 — Projeto E
11h — Entrevista especial com o ex-vice-presidente da República, Aureliano Chaves
12h — Especial — Revista da CPI do Judiciário — 2º programa
12h30 — Entrevista — O senador Edison Lobão fala sobre reforma político-partidária
13h — Cores do Brasil — Espírito Santo
13h30 — Mulheres em Destaque —

Apresentando a atriz Cássia Kiss
14h — Especial sobre Oscar Niemeyer
14h30 — Segundo dia do Seminário sobre Clonagem e Transgênicos
17h30 — Espaço Cultural — Apresentando o show Românticos da Boêmia
19h — Especial — Patrimônio Moembo Jaro/Zimbábue
19h30 — Mulheres em Destaque — Apresentando a atriz Cássia Kiss
20h — Especial sobre Oscar Niemeyer
20h30 — Entrevista — O senador Edison Lobão fala sobre reforma político-partidária
21h — Especial — Revista da CPI do Judiciário — 2º programa
21h30 — Mulheres em Destaque — Apresentando a atriz Cássia Kiss
22h — Especial sobre Oscar Niemeyer
22h30 — Cores do Brasil — Rio de Janeiro
23h — Entrevista especial com o ex-vice-presidente da República, Aureliano Chaves
0h — Espaço Cultural — Apresentando o belíssimo show de Viola Caipira

Estevão denuncia *dumping* feito por cinema dos EUA

A constatação de que as 400 cópias do novo episódio do filme *Guerra nas Estrelas* pagaram apenas R\$1.090,00 para entrar no Brasil fez com que o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) falasse novamente sobre o que chamou de “*dumping* cultural” sofrido pelo cinema nacional. Para ele, a balança comercial é desproporcionalmente deficitária nesse ramo da indústria de entretenimento.

Segundo o senador, são US\$ 680 milhões por ano na importação de produtos audiovisuais, em sua maioria filmes para o cinema e a TV, provenientes dos Estados Unidos. Em contrapartida, o Brasil exporta anualmente 40 milhões de dólares, segundo Estevão, a mesma soma que *Guerra nas Estrelas* arrecadou na estréia em seu país de origem.

Estevão chamou atenção para o fato de que a indústria de entretenimento, incluindo o cinema, estará entre os ne-



Estevão lamentou que lei que fixa limite mínimo para exibição de filmes nacionais seja descumprida

gócios que dominarão a economia global no próximo milênio. Mas a nova safra de filmes brasileiros possibilitada pelos incentivos da Lei do Audiovisual está, segundo ele, encalhada. Estevão alertou para o fato de a lei que obriga a 49 dias por ano de exibição de filmes nacionais continuar sendo desobedecida. “É um daqueles melancólicos casos de ‘lei que não pegou’”, disse.